

**AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.835 - MG (2018/0298762-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**AGRAVANTE** : GUSTAVO QUARESMA SANTOS CORDEIRO  
**ADVOGADOS** : ADRIANO PARREIRA DE CARVALHO - MG084920  
EMILIANO EDSON SILVA - MG084032  
DANILO SEVERINO OLIVEIRA FARIA - MG097239  
RENATA OLIVEIRA GONCALVES E OUTRO(S) - MG160912  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**EMENTA**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO, POR DUAS VEZES, EM CONCURSO FORMAL. 1) VIOLAÇÃO AOS ARTS. 564, PARÁGRAFO ÚNICO, E 593, INCISO III, AMBOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. TRIBUNAL DO JÚRI. NULIDADE DO JULGAMENTO POR CONTRADIÇÃO NAS RESPOSTAS DOS JURADOS. SÉRIES DISTINTAS COM VÍTIMAS DIVERSAS. REVISÃO DO JULGADO. CONFRONTO DO VEREDITO DO CONSELHO DE SENTENÇA COM AS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ. 2) DESCONSTITUIÇÃO PARCIAL DA SENTENÇA PROFERIDA PELO TRIBUNAL DO JÚRI E JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. TESE NÃO DEBATIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, TAMPOUCO FORAM OPOSTOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS NS. 282 E 356 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. 3) AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, com base no acervo probatório dos autos, afastou a preliminar de nulidade por suposta ocorrência de contradição nas respostas dos jurados, tendo consignado que *"em se tratando de séries distintas, com vítimas diversas, a resposta fornecida a um quesito em uma série não vincula a dada ao quesito correspondente em outra série, vez que se tratam de julgamentos independentes, ainda que decorrentes de um mesmo contexto fático"*.

Assim, para se concluir de forma diversa do entendimento do Tribunal de origem, seria inevitável o revolvimento das provas carreadas aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial. A referida vedação encontra respaldo no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte, verbis: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

2. As teses de nulidade em razão da impossibilidade de desconstituição parcial da sentença proferida pelo Tribunal Júri e julgamento *extra petita* não foram debatidas pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão, ressentindo-se o recurso especial, no ponto, do necessário

prequestionamento, incidindo, na hipótese, as Súmulas ns. 282 e 356 do STF.

3. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Felix Fischer, Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Ribeiro Dantas votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de março de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator